

# Roseana põe à venda imóveis no Rio

■ Apartamentos de US\$ 1 milhão estão fechados desde que escândalo atingiu Sarney

Fotos de Nelson Perez

A filha do ex-presidente José Sarney, deputada Roseana Sarney (PFL-MA), e seu ex-marido e atual namorado, Jorge Francisco Murad Junior, colocaram à venda há um mês os dois apartamentos que compraram no Rio entre 1987 e 1988, no meio do mandato do pai. Até que o nome de Sarney, atualmente senador pelo PMDB do Amapá, começasse a figurar entre os envolvidos no escândalo da Comissão de Orçamento do Congresso, Roseana passava fins de semana na cobertura da Rua Rita Ludolf número 32, na quadra da praia.

A negociação é sigilosa. "A dona Roseana está vendendo a cobertura mas não quer que ninguém saiba. Eu não sei nem mesmo qual é a imobiliária responsável pelo negócio", disse o empregado do edifício Marc Chagal, que não quis se identificar.

Os dois apartamentos, avaliados em cerca de US\$ 1 milhão, fazem parte do lote de cinco imóveis que a família comprou no Leblon. Os cinco imóveis ficam próximos. Hoje, apenas a empregada toma conta da cobertura de Roseana e, segundo um porteiro do prédio, nas últimas semanas duas pessoas já vieram visitar o imóvel. A fachada em mármore escuro e vidro fumê do majestoso edifício é a que mais se destaca na rua, que desemboca em frente ao local da Praia do Leblon onde a bandeira brasileira foi lavada, na manifestação anticorrupção realizada no dia 7 passado. A cobertura foi comprada em 21 de outubro de 1987 — segundo a certidão número 88009 do 2º Ofício do Registro de Imóveis — e registrada em nome de Jorge Murad, então secretário particular e genro do presidente.

Avaliado em mais de US\$ 600 mil, o imóvel fica no quarteirão da praia, tem quatro quartos e dois salões, terraço com piscina e varandão com jardins suspensos. O edifício Marc Chagal tem um apartamento por andar e a cobertura ocupa os dois últimos andares. Em 1988, segundo averbação à escritura do imóvel, o apartamento sofreu obras que o transformaram num duplex.

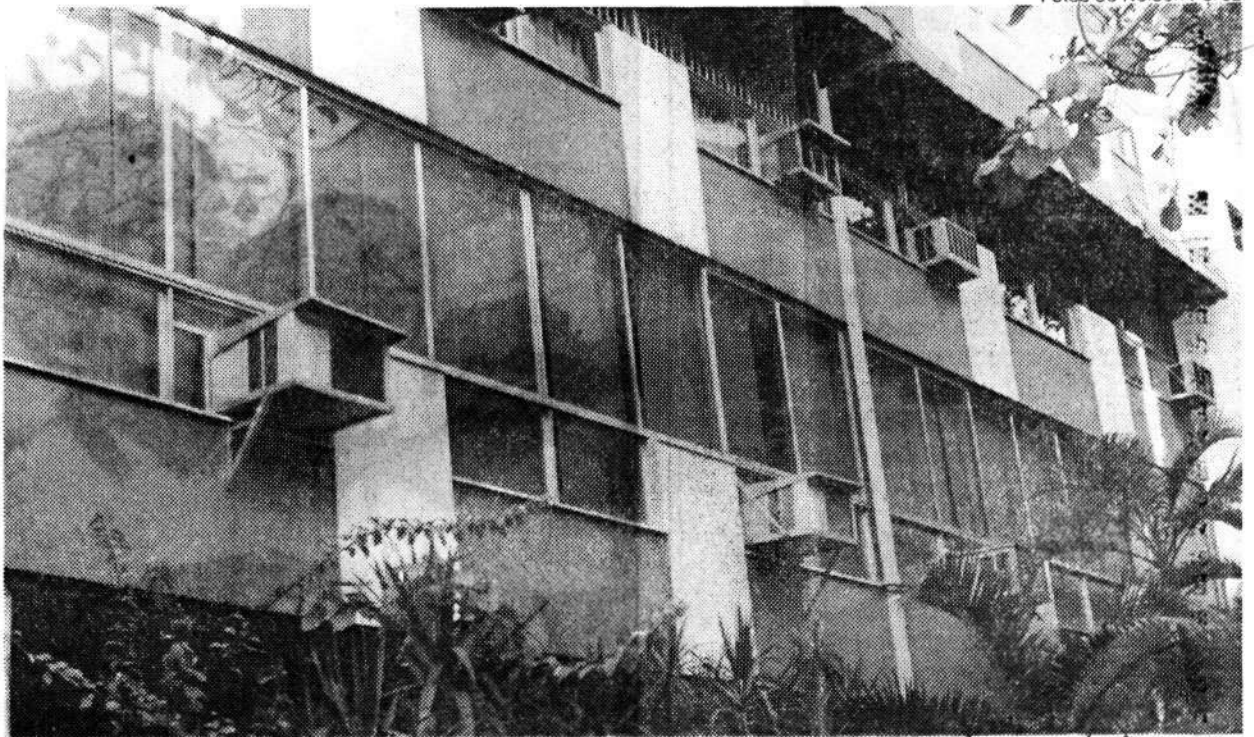
Um flat registrado em nome de Jorge Murad também foi colocado à venda em outubro passado. O imóvel foi comprado em 23 de novembro de 1988 — certidão número 88271 —, numa transação feita diretamente com a construtora, a Real Engenharia Patrimonial Ltda.

A unidade número 1707 fica no requintado apart-hotel Parthenon Top Leblon, Rua João Lira, 95. O flat tem dois quartos, sala, dois banheiros e cozinha. Os moradores dispõem de piscina, sauna, sala de ginástica, restaurante, bar e *coffe shop*. Mobiliado e com direito a uma vaga na garagem, o imóvel está na faixa dos US\$ 300 mil.

Os outros dois filhos de Sarney, José e Fernando, também compraram imóveis no Leblon quando o pai ainda estava no início do mandato presidencial. O apartamento 102 da Rua General Venâncio Flores número 388, foi adquirido no dia 4 de março de 1986 — certidão número 88011 — e registrado em nome de Tereza Cristina Murad Sarney, mulher de Fernando José Macieira Sarney e irmã de Murad. Com três quartos com suite, salão e vaga na garagem, este é o mais modesto dos cinco imóveis e está avaliado em US\$ 160 mil.

Fernando Sarney responsável pela administração dos bens da família, quis adquirir também o número 101, que pertence a um primo. O objetivo era transformar todo o andar em um só imóvel. Segundo o porteiro, Fernando quase não aparece porque seus filhos acham o apartamento pequeno — a casa onde moram em São Luis tem dez quartos.

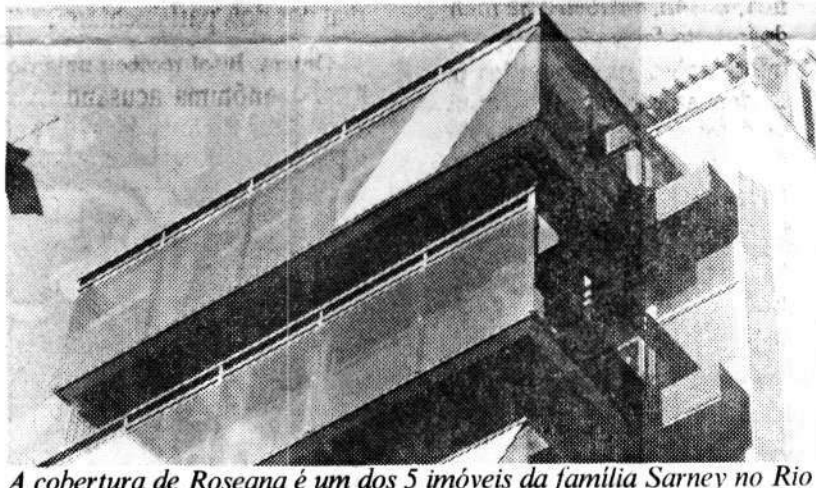
Caçula do ex-presidente, o deputado José Sarney Filho (PFL-MA), o Zequinha, é proprietário do número 102 da Rua José Linhares, 28. O apartamento fica na quadra da praia e tem quatro quartos (duas suites), dois salões, varandão e três vagas na garagem. Segundo a certidão número 88010, o apartamento foi comprado no dia 6 de maio de 1986, um ano depois que Sarney assumiu a Presidência da República. Morando em Brasília, Zequinha pouco aparece no apartamento, cujo preço de mercado, segundo corretores, é de US\$ 500 mil.



Apartamento de Fernando está em nome da mulher, Tereza Cristina, irmã de Murad, ex-marido de Roseana



Zequinha tem apartamento na quadra da praia (E) que fica perto do 'flat' de Murad



A cobertura de Roseana é um dos 5 imóveis da família Sarney no Rio

Reprodução

R-4-64.117-TÍTULO:Promessa de compra e venda.FORMA DO TÍTULO:Escritura do 18º Ofício de Notas desta cidade,livro 4764,fl.147, de 14.07.87,extraída por certidão em 16.07.87,protocolada neste cartório sob o nº 174.904,em 15.10.87.VALOR:C2\$7.000.000,00,razoável nos casos e condições previstos no título,pagáveis na forma nele estipulada.CONDIÇÕES:Irrevogável e Irretratável, com imissão na posse.TRANSMISSÃO:Guia nº 4.64/236095-2, em ..... 13.10.87.PROMITENTES VENDEDORES:1) Ivan Wrobel e sua mulher - / Eliana Rozenbaum Wrobel,nutricionista,brasileira,inscritos no - CPF nº 205.839.747-91,residentes e domiciliados nesta cidade;e, 2) Arthur Fernandes Filho e sua mulher Marilene de Carvalho Fernandes,comerciantes,brasileira,inscritos no CPF nº ..... 026.807.777-00,residentes e domiciliados nesta cidade,eles já - qualificados na matrícula.PROMITENTE COMPRADOR:Jorge Francisco Murad Junior,brasileiro,administrador de empresa,casado pelo regime da comunhão de bens,com Roseana Sarney Murad,inscrito no CPF nº 406.931.397-49,residente e domiciliado em Brasília,DF. Rio de Janeiro, 21 OUT 1987. *Shirley E. X. Lopes* Matrícula 1633538

Compra foi feita em 21 de outubro de 1987, em nome de Jorge Murad

Reprodução

AV-6-64.117 - TRANSFORMAÇÃO DO APARTAMENTO EM "DUPLIX": Nos termos do requerimento de 02.08.88,instruído pela certidão número-278.683, expedida em 19.07.88, pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura desta cidade,protocolada nos termos do nº 185.048, em 02.08.88, fica averbada a transformação em "DUPLIX" do apartamento objeto desta matrícula, cujas obras foram aceitas em 15.07.88. EM DECORRÊNCIA DA PRESENTE, OS DIREITOS ASSEGUADOS AO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL FICAM ADSTRITOS ÀS PARTES DA LAJE DE COBERTURA PREEXISTENTE E NÃO ATINGIDAS PELAS OBRAS APROVADAS. Rio de Janeiro, n 9 AGO 1988. *Shirley E. X. Lopes* Matrícula 1633538

Certifico que a presente cópia é reprodução autêntica da matrícula a que se refere, extraída nos termos do art. 2º, § 1º da Lei nº 6.015/73, dela constando todos os eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel. Constando mais em 11.11.88 no livro de protocolo 1-T, .. sob o nº de ordem 188274, fl. 35v., a prenotação de um Mandado da Vara de Registros Públicos desta cidade, de 07.11.1988. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1992. O OFICIAL. *Edelmar*

Um ano depois da aquisição, a cobertura foi transformada em duplex

## Simon quer CPI reaberta

PORTO ALEGRE — O líder do governo no Senado, Pedro Simon, admitiu ontem a reabertura da CPI da corrupção no governo José Sarney, arquivada em 1989, mas acha que antes é necessário concluir a investigação do escândalo do orçamento. "Não sou contra a reabertura da CPI do Sarney, mas as apurações têm que ter ritmo, seqüência e essa do Sarney tem que entrar na fila", disse, explicando que a prioridade será para a CPI que vai apurar as atividades das empreiteiras e lobistas que subornaram os parlamentares da Comissão de Orçamento.

Simon enfatizou que "diante da situação difícil que o país vive" são necessários cuidados na apuração das denúncias de corrupção. "Não podemos repetir 54 nem 64. Em 54 falaram em mar de lama no governo Getúlio Vargas, que não existia. O que existia era uma tentativa de golpe, em que o vice-presidente Café Filho estava envolvido. Também em 64 havia um esquema para derrubar o presidente João Goulart", lembrou.

O senador acha que, na seqüência das investigações do Congresso Nacional, é preciso "repensar o país, quase que como um decreto revogando a Lei do Gerson, das vantagens indevidas". Dentro dessa linha, Simon apresentará emenda constitucional retirando a imunidade parlamentar para casos de crime comum. Ele admite resistências no Congresso, em que parlamentares colocam que essa mudança, numa ditadura militar, poderia propiciar o surgimento de processos forjados de crime comum para atingir os deputados e senadores.

"Mas numa ditadura, eles casam assim mesmo. Numa democracia, entretanto, com todos os direitos assegurados, não há sentido em se manter a imunidade parlamentar nos casos de crime comum", afirmou.

Diante da sucessão de acusações contra membros do PMDB na CPI do Orçamento, Simon lembrou "decisão do PMDB nacional de que se deve buscar a verdade". Quanto às acusações contra o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), disse estar "rezando para que ele se saia bem e esclareça todas as acusações".